
A TRADUÇÃO NA FILOSOFIA KUHNIANA: A TRADUÇÃO PARCIAL COMO CAMINHO DE CONCILIAÇÃO ENTRE TEORIAS INCOMENSURÁVEIS

TRANSLATION IN KUHNIAN PHILOSOPHY: PARTIAL TRANSLATION AS A PATH OF
CONCILIATION BETWEEN INCOMMEASURABLE THEORIES

*Francidilso Silva do Nascimento*¹

Resumo:

Este trabalho tem como tema a tradução na filosofia kuhniana, considerando a problemática da proposta da intradutibilidade defendida por Kuhn para apresentar uma alternativa ao tema em questão. A problemática, aqui, levantada versa sobre a possibilidade de tradução entre teorias ou línguas, através de uma tradução parcial ou tradução *fuzzy*. A tese proposta é que há possibilidade de uma tradução parcial, a partir da aplicação da lógica *fuzzy*, que torna possível a multi-valorização de variável dentro de uma comunidade linguística, como também entre comunidades linguísticas. Essa proposta é uma tentativa de corrigir as várias incompreensões que a filosofia de Thomas Kuhn sofreu, colocando no cenário da Filosofia da Ciência e da Linguagem uma Filosofia da Incerteza.

Palavras-chave: Thomas Kuhn; tradução parcial; intradutibilidade; lógica Fuzzy.

Abstract:

This work has as its theme the translation in kuhnian philosophy, considering the problem of the proposal of intradutibility advocated by Kuhn to present an alternative to the theme in question. The problem here is about the possibility of translation between theories or languages, through a partial translation or *fuzzy translation*. The proposed thesis is that there is the possibility of a partial translation, from the application of *fuzzy logic*, which makes possible the multi-value of variable within a linguistic community, as well as between linguistic communities. This proposal is an attempt to correct the various misunderstandings that Thomas Kuhn's philosophy suffered, putting in the scenario of philosophy of science and language a Philosophy of Uncertainty.

Keywords: Thomas Kuhn; partial translation; intradutibility; fuzzy logic.

¹Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal do Piauí-UFPI.
E-mail: dilsosilva@hotmail.com Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-6496-4381>. Bolsista CAPES.

Introdução

Este trabalho desenvolve uma reflexão sobre o problema da tradução, discutido por diversos pensadores ao longo da história da filosofia, principalmente pelos filósofos contemporâneos, dando a esse tema a possibilidade de ser uma discussão atual, favorecendo um debate filosófico que garanta uma articulação entre as diversas áreas da filosofia, tais como a Filosofia da Ciência, a Filosofia Analítica e a Hermenêutica.

A problemática que nos conduz aqui possui como pano de fundo uma questão importante da Filosofia da Ciência, levantada por Thomas Kuhn: pode duas teorias rivais se comunicarem e serem traduzidas? Em termos gerais, sua resposta é que essas teorias são incomensuráveis, por isso não podem ser traduzidas totalmente. Com isso, a pergunta central, deste artigo é: o que é compreendido como tradução por Kuhn?

Assim, nosso objetivo é estudar a concepção de tradução na filosofia de Thomas Kuhn, apresentando as críticas à sua proposta, denominada incomensurabilidade e, posteriormente, que se torna intradutibilidade (KUHN, 2017, p. 118). Essa sua tese pode ser mal compreendida como a incapacidade de uma comunicação entre as comunidades ou teorias científicas. A perspectiva de Kuhn é que diante das várias teorias ou comunidades não se pode totalmente traduzir os elementos de uma teoria para outra, devido a rede conceitual e o significado presente em cada uma das teorias. O caminho de uma tradução total é inviável, não sendo aceito nem um reducionismo referencial, nem uma busca uma fórmula neutra para traduzir as expressões de ambas as teorias.

Para esse intento, será discutido três momentos para compreender a tradução na filosofia kuhniana: No primeiro momento, será apresentada a questão da tradução na filosofia de Quine, como principal expoente do século XX que estabeleceu uma discussão séria sobre a tradução, destacando a tradução radical e a indeterminação da tradução como caminho para compreensão do processo de tradução entre comunidades linguísticas, apontando como base a observação da conduta do tradutor radical como ponte para uma tradução possível.

Considerando, a proposta de Quine, de uma tradução radical e da indeterminação da tradução, num segundo momento, desenvolver-se-á a crítica de Kuhn acerca da tradução destacado a sua posição de intradutibilidade, compreendido não como impossibilidade de comunicação entre teorias, mas como uma tradução parcial, onde se compartilha uma plataforma comum estabelecida muito antes que o consenso ou mesmo uma convenção.

O terceiro momento, aponta-se as críticas sofridas pelo pensamento de Thomas Kuhn, tanto em relação ao conceito de incomensurabilidade, como de tradução. Essas críticas são divididas em dois momentos: a primeira destaca-se pela inconsciência que está presente na posição de uma intradutibilidade, apontando para uma incomparabilidade dessa tese devido a não existência de apenas um caminho absoluto; a segunda crítica, diz respeito a contradição interna no discurso da intradutibilidade, em que não há conexão entre as várias proposições, pelo fato de não haver uma continuidade entre a tradução das teorias do passado e a linguagem moderna.

Por fim, apresentar-se-á a tese de uma tradução parcial através da aplicação dos elementos da lógica fuzzy à intradutibilidade de Thomas Kuhn, admitindo que

os elementos presentes nos escritos de Kuhn estão coadunados a uma lógica multivalorativa, por meio da união de léxico e numeração da intensidade de valores.

A proposta desse artigo, portanto, é apontar quais balizas podem estabelecer um caminho de interpretação correta da filosofia de Kuhn, pois, ao que parece, a visão de um relativismo absoluto em sua obra ficou impregnado em muitos dos seus interlocutores. Porém, o pensamento kuhniano é muito dinâmico, pois há um processo de reformulação da sua filosofia devido às várias críticas sofridas. Deseja-se, deste modo, instigar uma reflexão sobre a tradução, apontando um novo caminho para a filosofia de Thomas Kuhn, denominado aqui como tradução parcial ou tradução *fuzzy*.

A questão da tradução na filosofia de Quine

O problema da tradução se apresenta quando determinada comunidade ou tradição procura descobrir o que o outro vê e diz diante de um estímulo, pois há uma distinção entre as expressões linguísticas para referir-se a si. Segundo Jakobson (1992, p. 145), um termo verbal pode possuir três maneiras distintas de tradução: “ele pode ser traduzido para outros signos da mesma língua, para outra língua ou para outro sistema de símbolos não-verbais.” Ainda Jakobson destaca que os três tipos de tradução passam a ser denominados como: 1) Tradução intralinguística ou reformulação, substituição de termos linguísticos de uma determinada língua por meio de outros termos da mesma língua; 2) Tradução interlinguística ou tradução propriamente dita, substituição de termos de uma determinada língua por termos de outra; 3) A tradução intersemiótica ou transmutação, compreendida como interpretação de termos verbais por signos de sistemas não-verbais.

Levando em conta essa divisão da tradução, a preocupação de Kuhn será com a tradução intralinguística e a tradução interlinguística, como ele afirma no seu posfácio:

Tomando como objeto de estudo as diferentes encontradas nos discursos no interior dos grupos ou entre esses, os interlocutores podem tentar primeiramente descobrir os termos e as locuções que, usadas sem problemas no interior de cada comunidade, são, não obstante, focos de problemas para discussões intergrupais (KUHN, 2017, p. 314).

O primeiro confronto de Kuhn em relação a esse problema é com o positivismo lógico, que defende uma tradução neutra, ou uma linguagem única, que dá conta de estabelecer um significado imutável para os objetos no mundo, sendo assim um reducionismo da experiência à linguagem. Carnap foi um grande expoente desse pensamento do positivismo lógico, das expressões linguísticas das teorias como medição do significado que as expressões possuiriam em relação ao dado. Essa tentativa de uma tradução da linguagem comum para uma tradução ideal manteve o que se considerou de frases absurdas ou esvaziadas de sentido e significado. Isso fica claro quando Carnap escreve um artigo denominado *Empirismo, semântica e ontologia* (1950), onde distingue dois tipos de questões latentes sobre a existência ou realidade das entidades: as questões internas e externas. As questões externas, relativas à existência ou realidade da totalidade das entidades, sendo considerada por ele complexa e problemática, são chamadas de pseudoquestões. Já as questões internas estão relacionadas às novas espécies, novas formas de falar e, conseqüentemente, novas regras, na construção de uma estrutura linguística,

caracteriza-se como internas as questões empíricas que são verificadas por investigações empíricas.

Seguindo essa mesma postura de Carnap, Quine no que diz respeito a uma busca de uma tradução através da mensuração dos significados e da realidade natural, por meio de um experimento mental denominado “Tradução Radical”, porém, contrariamente ao seu mentor, ele reformula a visão de uma nova epistemologia e das concepções dos significados lógicos. A grande “revolução” feita por Quine foi a apresentação do holismo, em que a divisão analítico e sintético apresentada pelos empiristas clássicos não tem sentido, pois o valor de verdade das sentenças dependerá de estimulações sensoriais atuais, não sendo levado em conta as informações retidas anterior ou posterior à sentença. Essa proposta de Quine enfraquece o projeto reducionista de Carnap

Em sua obra *Word and Object* (1960), Quine discutiu as várias possibilidades de uma tradução capaz de estabelecer perfeitamente a relação entre significado e objeto, chegando à conclusão de que tanto a tradução como o significado são suspeitos devido a sua fragilidade objetiva. Quine apresentará um experimento mental em que a “tradução de uma língua de um povo ainda não tocado”, é o que ele chama de tradução radical. A tradução radical é aquela em que o enunciado está ligado a eventos presentes, claros tanto ao linguista como ao seu informante. O exemplo de Quine é: “O coelho que passa correndo e o nativo diz ‘Gavagai’, e o linguista anota a frase ‘Coelho’ (ou ‘Olha um coelho’) como uma tradução provisória, sujeita a ser testada em casos ulteriores.” (2010, p.53). A tradução é tratada como uma forma de construção de teoria. Essa construção é realizada pela observação do tradutor dos comportamentos dos informantes e ouvir os sons verbais que fazem o tradutor reformular uma teoria do significado das palavras nativas. O que ele pretende afirmar é que não há uma verdade fixa sobre o significado de “gavagai”.

Segundo Morris (2007, p. 219), “a concepção pragmática radicalmente de escolha de teoria de Quine forma um pano de fundo para sua visão sobre a tradução radical.” Essa concepção consiste em “todo fato sobre o significado de quaisquer palavras em qualquer língua, que pode ser conhecido, é disponível em princípio a alguém para quem essas palavras são inicialmente estranhas radicalmente, que procede por meio dos métodos de interpretação radical.” Essa visão que Morris atribui a tradução radical de Quine leva ao que chamamos de inescrutabilidade da referência e, por conseguinte, indeterminação de tradução, questão que será confrontada por Kuhn.

No que se refere a inescrutabilidade da referência, é importante destacar como Quine compreendeu esse processo. Ele estabelece que mesmo admitindo que os valores verdade de todas as sentenças complexas são fixas, não existe nada disponível para que o tradutor radical determine a referência das expressões subsentenciais.

A tese da inescrutabilidade de referência é exatamente uma tese sobre quais fatos existem, e não sobre o que pode ser conhecido. A afirmação crucial de Quine não é a epistemológica de que não podemos saber a que expressões subsentenciais se referem é antes a afirmação diferente – que podemos chamar de metafísica ou ontológica – de que não há nenhum fato sobre o que eles se referem (MORRIS, 2007, p. 220).

Sobre a indeterminação da tradução, Quine afirma que não há nenhum fato que seja relevante sobre o valor de verdade de todas as proposições de uma linguagem. Morris constata que é muito fácil muitas vezes ser enganado pela expressão indeterminação da tradução, pensando que ela se refere simplesmente a uma tradução correta de uma língua para outra. (2007, p. 220). No entanto, essas não são as espécies de questões que Quine trata em sua tese da indeterminação da tradução. Ele afirma:

A indeterminação à qual me refiro é mais radical. É a de que sistemas rivais de hipóteses analíticas podem se adequar a todas as disposições verbais dentro de cada uma das linguagens em questão e ainda assim ordenar, em incontáveis casos, traduções completamente dispares; não meramente paráfrases mútuas, mas traduções cada uma das quais seria excluída pelo outro sistema de tradução. Duas traduções dessas seriam mesmo claramente contrárias em valores de verdade, conquanto não houvesse estimulação que encorajasse assentimento a ambas (QUINE, 2010, p.106).

A posição de Quine é que duas teorias A e B pode ser incompatíveis entre si, porém equivalentes, não podem ser determinadas por nenhuma experiências sobre qual delas é a verdadeira, sendo assim, a tradução dos enunciados das teorias apresentadas ficará indeterminado.

Essa é a grande questão de Kuhn a respeito da tradução aos moldes da tradição quineana. Ele equipara a interpretação à tradução, sendo, isso, considerado um grande erro. Ele acredita que esse erro é muito importante para desenvolver a discussão no que tange a tradução. Na visão de Kuhn, as questões da tradução radical e indeterminação de tradução, como pensou Quine, são fundamentadas na inescrutabilidade de referência, o que leva a uma concepção apenas observacional da tradução. Essa tradução fixada apenas no aspecto observacional é duramente questionada por Kuhn, pois não é levada em conta a intencionalidade do termo ou da proposição, mas apenas é considerado o aspecto extensional.

A tradução na perspectiva kuhniana

Foi em *Commensurability, Comparability, Communicability* (1982), artigo em que Thomas Kuhn assume o sentido estritamente semântico da incomensurabilidade, que veio à tona a problemática da tradução de modo explícito, face à concepção da tradução de Quine (1908-2000), apresentada em *Word and Object* (1960) e *Ontological Relativity* (1968), em que considera as teses da tradução radical e a indeterminação da tradução (Cf. QUINE, 2010, p. 53).

A concepção de Quine de tradução radical, ou indeterminação de tradução, considera a linguagem como um complexo de disposições manifestadas por situações estimulativas que produz condutas verbais observáveis. Na perspectiva de Gentile (GENTILE, 2013, p. 53), “o conhecimento das disposições verbais é suscetível de ser investigado empiricamente – analogamente ao que ocorre nas ciências físicas – mediante métodos experimentais e inferências indutivas.”. Thomas Kuhn posiciona-se contrário pelo fato de que se define o tradutor como alguém que, observando o comportamento linguístico, esforçar-se para afirmar uma hipótese sobre qual o significado daquela ação. Com isso, para ele, “o ‘tradutor radical’ de Quine é, de fato, um intérprete, e ‘gavagai’ exemplifica o material ininteligível do qual ele parte.” (KUHN, 2000, p.38).

É a partir da compreensão de incomensurabilidade, considerada como aquela que “não havia uma linguagem comum na qual essas teorias pudessem ser plenamente expressas e que se prestasse, portanto, a uma comparação, ponto a ponto, entre elas” (2000, p.188), que é configurado o conceito de intradutibilidade, concebendo as variações de organização lexical e taxonômicas das teorias ou línguas. Assim, a defesa de Kuhn é que não existe uma linguagem neutra que seja capaz de ser utilizada para as teorias rivais e, também, afirma que toda tradução traz consigo a perda de significados. Não tem como se pensar uma terceira linguagem que traduza o que ambas trazem consigo. Desse modo, dizer que teorias ou línguas são “incomensuráveis, assim, equivale a intradutibilidade” (KUHN, 2000, p. 60).

A nova fase do seu pensamento mudou a sua perspectiva de estudo, fazendo-nos reconhecer no seu pensamento uma nova filosofia da linguagem, principalmente, em torno do problema da tradução. Kuhn admitiu que o processo de tradução, do modo como é apresentado pela filosofia analítica, equipara a interpretação à tradução. Com isso, o maior engano, para ele, é motivado em achar que “porque a tradução real frequentemente, ou talvez sempre, envolve, pelo menos, um pequeno componente interpretativo” (KUHN, 2000, p. 37), a tradução seja equiparada à interpretação.

A tradução real, na perspectiva kuhniana, é distinta em dois sentidos: o primeiro, a tradução, propriamente dita, em que se pretende uma ponta a ponta; e, por fim, a tradução como interpretação, que tenta no processo de observação inserir os enunciados observacionais no vocabulário da língua que ela fala. Nessa primeira distinção, “a tradução é algo que feito por uma pessoa que sabe duas línguas. Perante um texto, escrito ou oral, em uma dessas línguas, o tradutor sistematicamente substitui as palavras ou sequências de palavras da outra língua” (KUHN, 2000, p. 52). Kuhn pontua duas características que são importantes para que não conceba essa concepção de tradução, a primeira é que “a língua na qual a tradução é concretizada já existia antes de a tradução ter sido iniciada. Ou seja, a existência da tradução não modificou os significados de palavras e expressões” (KUHN, 2000, p. 53). A segunda característica é que “a tradução consiste, exclusivamente, em palavras e expressões que substituem (não necessariamente uma a uma) as palavras e expressões do original. Notas explicativas e prefácios de tradutores não fazem parte da tradução.” (KUHN, 2000, p. 53). A tradução perfeita deveria ser muito clara, não necessitando de nenhum auxílio de dicionário ou glossário.

A segunda distinção em relação a tradução como interpretação, Kuhn afirma que é uma prática dos historiadores e antropólogos. “O intérprete pode, inicialmente, dominar apenas uma língua.” (KUHN, 2000, p.53), sendo à princípio os textos cheios de ruídos ou inscrições ininteligíveis, seja na totalidade do texto ou em parte. Ele será bem-sucedido quando aprender uma nova língua, porém assevera Kuhn: “adquirir uma nova língua não é o mesmo que traduzir dela para a própria língua” (KUHN, 2000, p. 53). O que podemos compreender é que não se deve confundir interpretação e tradução.

Concebendo essa disparidade em relação ao termo tradução, Kuhn destaca que a aprendizagem dos termos traduzidos pelo intérprete é o que favorece a comunicação entre os paradigmas rivais, através de uma incomensurabilidade local ou incomensurabilidade parcial. A incomensurabilidade parcial é caracterizada pelo compartilhamento de alguns dados observáveis e anomalias, mas também há um compartilhamento da taxonomia lexical. Essa taxonomia compartilhada deve ser respeitada, pois nem sempre os termos usados em uma determinada categoria

taxonômica e que, portanto, confrontam observadores posteriores, conseguem penetrar o outro campo taxonômico. Kuhn passa a chamar de taxonomia lexical de esquema conceitual, “em que ‘noção de propriamente dita’ de um esquema conceitual não se refere a um conjunto de crenças, mas a um modo particular de funcionamento de um modelo mental que é pré-requisito para se ter crenças que é possível conceber.” (KUHN, 2000, p.120). A tentativa de Kuhn é estabelecer uma plataforma comum, tanto para uma nova epistemologia como para uma nova filosofia da linguagem.

A questão que ele aborda a partir dos esquemas conceituais é o abandono de uma teoria correspondencial da verdade, “a noção de que o objetivo, ao se avaliarem leis ou teorias científicas é determinar se elas correspondem ou não a um mundo externo, independente da mente.” (KUHN, 2000, p. 121). Kuhn afirma que essa noção de verdade, que afeta diretamente a concepção de tradução, “deve desaparecer junto com o fundacionalismo.” (KUHN, 2000, p. 122). A proposta de Kuhn, que ele parece não tem segurança para afirmar, é que a sua posição evolucionista, “as asserções de conhecimento científico são, necessariamente, avaliadas com base em uma plataforma arquimediana móvel, historicamente situada.” (KUHN, 2000, p. 122). A avaliação se dá através da “desejabilidade de uma mudança-de-crença particular, mudança que alteraria o corpo existente de asserções de conhecimento de modo que incorporasse, com o mínimo de perturbação, também a nova asserção.” (KUHN, 2000, p. 122). Essa avaliação é necessariamente comparativa em que, segundo Kuhn, deveria ser respondida a pergunta: “qual dos dois corpos de conhecimento – o original ou a alternativa proposta – é melhor para se fazer o que quer que os cientistas fazem.” (KUHN, 2000, p. 125).

A tese da intradutibilidade de Kuhn é reforçada pela comparação do processo evolucionário biológico e a evolução do conhecimento. Destacando dois paralelos que ele enfatiza uma nova abordagem da revisão do seu pensamento: o primeiro é que o paralelo biológico da mudança revolucionária não é a mutação, mas a especiação. (2000, p. 125). Compreendida como a individuação de novas especialidades científicas. O segundo paralelo é que a unidade sofre uma especiação, como no caso biológico em que “uma unidade cujos membros contêm, coletivamente, o *pool* genético, o qual garante tanto a autoperpetuação da população quanto seu isolamento continuado.” No âmbito científico, essa unidade é

[...] Uma comunidade de especialistas que se intercomunicam, uma unidade cujos membros compartilham o mesmo léxico que fornece a base tanto para a condução quanto para a avaliação de sua pesquisa e que, simultaneamente, ao impedir a comunicação integral com aqueles alheios ao grupo, mantém seu isolamento em relação aos praticantes de outras especialidades (KUHN, 2000, p. 125).

Com isso, Kuhn defende um certo mecanismo isolador para um desenvolvimento do conhecimento que é consequência da diversidade lexical e o limite da comunicação que ela impõe. Afirma Kuhn,

[...] Muito provavelmente, é a especialização resultante da diversidade lexical que permite às ciências, vistas em conjunto, resolver os quebra-cabeças suscitados por um domínio de fenômenos naturais mais amplo do que uma ciência lexicalmente homogênea poderia alcançar (KUHN, 2000, p. 125).

É nesse diálogo entre as várias especializações, recorrendo muitas vezes ao léxico de outras especializações, que se fortalece a identidade da comunidade científica. Na visão de Kuhn essa incomensurabilidade local pode ser fonte da força e autoridade cognitivas da ciência, bem como “o mecanismo racional que explica o contínuo crescimento da ciência” (GENTILE, 2013, p. 162). A intradutibilidade que advém da incomensurabilidade ganha uma dimensão sincrônica e não mais antagônica, pois a análise para a ser feita através de teorias que possuem elementos contemporaneamente capaz de ser comparável, como é o caso da comparação entre evolução biológica e evolução do conhecimento científico. Mesmo assim, o que ressalta é que a impossibilidade de tradução permanece devido a diferenciação do vocabulário conceitual, seja no interno da comunidade, como também externamente com outras especialidades.

Levando em conta o que foi apresentado até aqui, o pensamento de Kuhn sobre a intradutibilidade passou por algumas críticas, principalmente, naquilo que a variação de significados sofre diante da incomensurabilidade entre teorias ou línguas apresentam. Destarte, foi a partir das críticas que Kuhn reformulou sua teoria como tentativa de responder os contrapontos levantados.

Críticas a intradutibilidade de Thomas Kuhn

A posição da intradutibilidade de teorias ou linguagem por Kuhn levou ao surgimento de, pelo menos, duas críticas: a primeira, preocupa-se com uma análise da própria doutrina considerado também o aspecto inconsciente da posição da intradutibilidade; a segunda, ressalta as contradições no discurso da intradutibilidade. (GENTILE, 2013, p.71).

Considerando a primeira crítica, a análise da própria doutrina da intradutibilidade, Shapere (1928), em *Meaning and Scientific Change (1984)*, considerando que Kuhn e Feyerabend não ofereceram uma sustentação para além da teoria para uma comparação direta, pelo contrário, ele pressupôs que a incomensurabilidade admite uma comparabilidade, sendo a escolha entre teoria uma questão arbitrária. Diz Shapere:

Nem Kuhn nem Feyerabend conseguem oferecer uma base extra teórica (problemas, normas, experiências independentes da teoria) sobre cuja base as teorias (paradigmas) podem comparar-se ou julgar-se indiretamente. Portanto, não existe nenhuma base para escolher entre elas. A escolha deve fazer-se sem nenhuma base, arbitrariamente (SHAPER, 1996, p. 108).

Shapere avalia que a posição de exclusão do princípio da invariância de significado levou Thomas Kuhn, erroneamente, a ideia de total incomparabilidade, numa tentativa de busca apenas uma alternativa: “absoluta identidade ou absoluta diferença” (SHAPER, 1966, p. 114). Essa visão leva Shapere a acusar Kuhn de uma preconceção estreita do significado, numa concepção de que somente pode ser idêntico ou diferente, mas os significados podem ser similares, comparáveis em certo sentido e diferentes em outro. Além disso, Shapere destaca o paradoxo da incomensurabilidade, ou da intradutibilidade, em que “dizer que dois paradigmas são incomensuráveis implica, ao menos, que em algum sentido se pode comparar.” (GENTILE, p. 72).

Nessa mesma linha, Scheffler (1923-2014) pontua que se, os paradigmas, estão voltados para o mesmo propósito e uma situação comum, tomada como um

ponto de referência, “deve supor que existe, de fato, uma base para a comparação racional” (SCHEFFLER, 1967, p.82). Ele ainda destaca que a comparação não é condicionada a tradução de um paradigma a outro, mas o cientista pode admirar outros paradigmas como o artista aprecia expressões artísticas sem sair da sua tradição, do mesmo modo o historiador pode analisar os períodos da história sem perder de vista a sua condição como sujeito contemporâneo. Como afirma Gentile, “tal comparação se situa em um nível reflexivo de ordem superior e, como tal, é extra paradigmática.” (GENTILE, 2013, p. 72)

Donald Davidson (1917-2003), no seu artigo *The Very Idea of a Conceptual Scheme* (1974), afirma que a ideia de incomensurabilidade e a noção de esquemas conceituais diferentes e intraduzíveis são ininteligíveis, pois existe um paradoxo interno a perspectiva da tese da incomensurabilidade: “tem sentido falar de diferentes pontos de vista, porém só se existe um sistema coordenado comum no qual representa-os: portanto, a existência de um sistema comum contradiz a pretensão de uma incomparabilidade profunda.” (DAVIDSON, 1974, p.190). A questão de uma incomensurabilidade dos esquemas conceituais da linguagem, para Davidson, está quando se começa a imaginar que o limite da comunicação nos leva a não mais nos compreendermos, por não possuir a mesma linguagem; ou por outro lado aceitamos que a comunicação é possível, pois temos uma e mesma linguagem dada. Nessa perspectiva, “o problema todo poderia ser eliminado evitando tomar a linguagem como algo que ela não é: meio.” (GHIRADELLI, 2007, p. 44)

Além dessa observação, Davidson apresenta sua crítica à teoria de Kuhn, destacando que o argumento da intradutibilidade não pode ser aceito, pois se não pode ser traduzido nem mesmo uma pequena parte de uma linguagem, então não se pode nem mesmo dizer que seja uma linguagem, pois não se pode fazer uma tradução sem supor a possibilidade de uma tradução. No fundo, Davidson compreende que a questão é a não compreensão do que seja a linguagem, pois na visão dos filósofos tidos como relativistas a linguagem não conta a verdadeira completa sobre o que é o mundo, ou que a ela distorce o que é verdadeiro.

Na visão de Ghiraldelli, Davidson tentar apresentar que “quem concebe a relação linguagem-mundo como uma relação esquema-conteúdo termina por falar que cada um tem o seu ‘ponto de vista’ ou sua ‘perspectiva’ e que não é possível optar de modo seguro entre os enunciados fornecidos por vários pontos de vista.” (GHIRALDELLI, 2007). Essa é que parece ser a questão, quando Kuhn trata do conceito de tradução como algo intradutível. No entanto, ele se esquivou dessa crítica quando introduz a noção de incomensurabilidade local, argumentando que mesmo com a revolução científica alguns termos funcionariam da mesma maneira em teorias rivais, pois sendo a tradução apenas homofônica. Kuhn diminuiu ainda o escopo da sua teoria através da introdução da categoria de espécie. A segunda crítica à tese da intradutibilidade sustentada por Kuhn funda-se na contradição que há na própria tese, segundo os críticos. Para Kitcher (1947), a referência de uma expressão está sujeita a descrições conexas a ela, para isso ele afirma que não é a intencionalidade de um falante (comunidade) que garante a fixação de uma referência, mas “consistirá na descrição de uma sequência de eventos cujo membro final é a produção de uma ocorrência (*token*) e cujo primeiro membro é, ou um evento com o qual o referente está causalmente envolvido, ou um evento destaca, por meio da descrição, o referente da ocorrência (*token*).” (KITCHER, 1978, p.537).

A crítica de Kitcher, ao discurso da intradutibilidade, destaca, em *Theories, Theorists and Theoretical Change* (1978), que a posição de Kuhn de que “as teorias

do passado não resistem a serem expressas nos termos modernos.” (KITCHER, 1978, p.519) não pode ser sustentada, sendo a sua defesa a de uma tradução sensível ao contexto, em que palavras antigas são substituídas por palavras da linguagem moderna que garanta uma comunicação total, mesmo diante da mudança revolucionária, isso através de uma incorporação de palavras ou expressões da linguagem antiga usando palavras ou expressões modernas.

Com isso, a variação de referência não interfere no reconhecimento das ocorrências dos termos-tipo, independente do esquema conceitual a comunicação entre teorias será sempre uma comunicação total, sendo possível uma tradução total. A comunicação total “será garantida, pois, a partir de uma extensão dos recursos da própria língua: em virtude de que as línguas podem ser enriquecidas, admitindo a incorporação de conceitos de linguagem antiga expressos por meio de palavras ou frases da linguagem moderna.” (GENTILE, 2013, p. 145)

A defesa de Kitcher é do referencialismo, em que a referência é determinada através de um conjunto causal iniciado por meio de um evento onde se fixa o referente com a descrição sobre ele ou por ostensão. Esse batismo do referente não diz respeito apenas ao momento inicial, mas estará presente em todos os outros eventos que são consequências da ação primeira. Assim, a mudança conceitual produzirá em cadeia uma mudança dos referentes. Para Thomas Kuhn, Kitcher não compreendeu bem a sua posição, cometendo o erro de apresentar o processo de determinação da referência como tradução, como também atribuiu o mesmo significado de tradução à interpretação. (GENTILE, 2013, p.144)

Sankey, contrapondo a perspectiva de Kitcher, não admite a tese da tradução total, mas segue a proposta kuhniana da intradutibilidade. O ponto de partida de Sankey é a formulação da Teoria da Causal Modificada (TCM), apresentando-a como uma alternativa tanto a Teoria Tradicional do Sentido (TTS), como a Teoria Causal da Referência (TCR). A TCM, como uma variação da teoria causal da referência, “permite várias possibilidades para a descontinuidade referencial” (SANKEY, 1994, p.172), ou seja, sustenta que a variação causal gera uma falha na tradução sendo impossível traduzir teorias ou línguas, em outras palavras as ocorrências de vários fatos geram várias traduções, sendo impossível garantir uma apenas que expresse a verdade.

Como afirma Gentile, Sankey “considera que na tradução de uma linguagem para outra – onde o objetivo é formular expressões semanticamente equivalentes – é necessário usar expressões cuja referência esteja determinada pelas mesmas descrições” (GENTILE, 2013, p.148). Para tanto, “um termo de uma teoria é intraduzível na linguagem de outra teoria se não tiver expressão formulável nesta linguagem cuja referência esteja determinada da mesma maneira em que está determinada a referência do termo a traduzir.” (SANKEY, 1994, p.82).

Apresentada algumas das respostas ao problema da tradução na perspectiva de Thomas Kuhn, é possível notar que ainda é uma questão a ser aprofundada dentro da sua filosofia, quem sabe apontando elementos para o desenvolvimento de uma filosofia da linguagem e, até mesmo, de uma ontologia. Pois muitas das questões apontadas pelo próprio Kuhn e seus comentadores ainda necessitam ser esclarecidas e desenvolvidas. A nossa proposta de compreensão da intradutibilidade kuhniana será através da Lógica Fuzzy, um caminho novo que, ao nosso ver, parece dar conta de explicar o que ele compreende como verdade e, também, como tradução.

A tradução parcial ou tradução *fuzzy*

Todas as críticas apresentadas são uma amostra de como o pensamento de Kuhn está vivo e, além disso, ganha uma nova maneira de ser estudado tanto numa perspectiva epistemologia, semântica, mas também numa perspectiva ontológica, sendo necessário fazer uma aproximação das questões semânticas e ontológicas do seu pensamento. A nossa sugestão é desvencilhar o pensamento de Thomas Kuhn da concepção irracionalista e admitir um relativismo parcial do esquema conceitual que, no início do seu trabalho, ele chamou de paradigma, bem como apontar para a intencionalidade dos indivíduos como aquilo que distingue as várias comunidades científicas no processo de tradução.

A tentativa que deve ser realizada, e que não poderemos demonstrar completamente, é assegurar uma nova teoria do significado, saindo da polarização do significado e do objeto, apresentando uma teoria do significado que considere os elementos lexicais transmitido pela vivência no mundo através da cultura, da educação, da prática científica, entre outras atividades humanas concretas que formam em nós o módulo mental que possibilitará recorta o mundo com a nossa linguagem.

Desse modo, “o mundo é a nossa representação de nosso nicho” (KUHN,2017a, p.131). É o mundo representativo que temos a partir das interações que fazemos com os demais membros, tornando-se o grupo a base para a representação do mundo. O grupo possui uma estrutura lexical mais abstrata, considerada um elemento relativo, mas não absoluto. A estrutura lexical é relativa parcial. A tentativa kantiana de Kuhn de estabelecer um sistema novo, pode ser arriscado devido a uma idealização ou determinação das categorias taxonômicas. Ele então relativiza o que era determinado, a taxonomia, para estabelecer o que ele chama esquema conceitual.

Acredito que Kuhn fez um caminho de recuperação do seu pensamento sobre o paradigma, considerando que os esquemas conceituais são admitidos de modo antecipado pelos indivíduos que são inseridos numa determinada comunidade, eles aprendem a linguagem do grupo e passam a representar a realidade com os elementos conceituais que estão disponíveis nesse grupo, porém nesse mesmo esquema conceitual pode sofrer alteração seja por meio da história, seja pelo pela mudança de comunidade. Mas o que permanece, sendo que as categorias kantianas são mutáveis, na perspectiva de Kuhn? Permanece o inefável, o indescritível, não analisável, enfim permanece a pergunta sobre o *noumeno*, como Kuhn mesmo responde.

Compreendo que devemos explorar uma ontologia no pensamento de Kuhn, ao ponto de estabelecer uma tradução parcial, pois parece a intradutibilidade um conceito muito forte para descrever o que ele pretendia. Ao nosso ver, a tentativa que poderíamos estabelecer no caminho de aprofundamento do seu pensamento é desenvolver a base ontológica, percebendo que mesmo que se não considere uma verdade correspondentista pode se estabelecer um outro caminho para falar de uma verdade parcial, construindo um princípio relativismo parcial. Kuhn diz: “venho, percebendo (a reformulação ainda está em andamento) que alguns em andamento) que alguns dos meus pontos de vista fundamentais podem ser mais bem defendidos sem falar em enunciados como sendo, em si, verdadeiro e falsos.” (KUHN, 2017a, p. 126).

Diante dessa postura de Thomas Kuhn encontramos na lógica *fuzzy* uma travessia para explicar o que podemos considerar no pensamento de Kuhn. Sendo que ele estabeleceu que a lógica que descreveria melhor seria candidato a verdadeiro ou falso e o enunciado racionalmente assegurável. Considerando que a lógica *fuzzy* não possui um compromisso em estabelecer o que é verdadeiro ou falso, trabalhando com a incerteza das proposições, estabelece o valor de pertinência das proposições, acreditamos que seja uma boa via para responder o que Kuhn compreendeu como intradutibilidade.

A Lógica *Fuzzy*, também conhecida como nebulosa ou difusa, tem como objetivo o enfrentamento de questões e problemas que não são possíveis resoluções determinadas, mas onde pode ser buscado um resultado aproximado para a questão. Um exemplo simples é o do dia a dia, pode nos ajudar a compreender como poderíamos estabelecer um critério de tradução parcial.

Imaginemos um técnico de futebol, que precisa fazer uma substituição: no jogo ele tem um jogador A que está jogando **bem**, mas está muito cansado, no entanto, não deseja sair; um outro jogador B que está jogando **mal**; e um jogador C que está **muito mal**. Essa é a última substituição, qual dos jogadores o técnico deverá tirar? Sem muito cálculo e sem dados exatos a posição do técnico seguramente tiraria o jogador C. Sem muita delimitação entre jogar bem ou mal, por meio de analogia, é possível concluir algo. Para isso, se faz necessário as variantes linguísticas que enumeram qual a aproximação entre os jogadores do jogar totalmente bem e do jogar totalmente mal.

A lógica *fuzzy* utiliza a ideia de que todas as coisas admitem graus de pertinência. Ele tenta modelar o senso das palavras, tomadas de decisão ou senso comum do ser humano. Essa lógica considera que não existe apenas uma proposição verdadeira ou falsa, mas pode ser parcialmente verdadeira e parcialmente falsa, pois no intervalo entre o falso e verdadeiro, há multi-valores que são pertinentes a verdadeiro e falso, sendo que um elemento pode ter graus de pertinências diferentes de falso para mais de um conjunto *fuzzy*.

Aproximando a ideia da lógica *fuzzy* da proposta de Kuhn de que

um enunciado pode ser candidato à verdade/falsidade de acordo com um léxico sem que tenha o mesmo estatuto nos outros. E, mesmo quando tenha, os dois enunciados não serão o mesmo: embora expressos de maneira idêntica, algo que é forte evidência para um deles pode não ser evidência para o outro. (KUHN, 2017a, p. 127).

Consideramos que essa visão de Kuhn está intimamente próxima do que a lógica *fuzzy* chama de pertinência, pois leva-se em conta tanto o léxico como a referência das realidades do mundo real. No entanto, pode-se ter vários nichos que dialogam entre si, apesar de colapsos em relação aos significados dos termos usados para referenciar a realidade, porém há uma aproximação dos valores global das traduções de termo entre termos, significados diversos nas duas línguas em relação ao fato descrito.

Esse estabelecimento de variáveis linguísticas e modificadores estabelece uma comparação entre os valores. Um exemplo é quando dizemos que Pudim é doce. Temos uma variável pudim que está recebendo um valor doce, que é um dos conjunto *fuzzy* para essa variável, sendo modificada através de termos ou operações que modificam a forma dos conjuntos *fuzzy*, ao nosso ver, por meio daquilo que Kuhn chamou de especiação, que seria através da determinação da intensidade de valores

fuzzy. Assim, dentro do conjunto da variável pudim, teríamos vários valores estabelecidos para o conjunto doce, sendo que poderia surgir um subconjunto com valores diferentes.

Desta forma, acreditamos que a estrutura lexical que os indivíduos compartilham dentro de um grupo, valores abstratos que favorecem o estabelecimento de traduções parciais. Esse processo de estabelecimento de valores não acontece a não ser dentro de uma comunidade. É ele quem fundamentará para cada um dos indivíduos os valores para estabelecer a comunicação entre grupos distintos do seu.

Considerações Finais

Diante da apresentação dos elementos que constituem a visão de Kuhn a respeito da tradução, destacamos a tese de uma tradução parcial, fundamentada na lógica *fuzzy*. Consideramos que as várias tentativas de elucidar o que realmente é considerado por Kuhn intradutibilidade são argumentos que não dão conta de explicar a sua filosofia. Ao nosso ver, Kuhn estabelece tanto uma lógica, uma semântica, uma epistemologia são baseadas na incerteza aos moldes da lógica *fuzzy*.

Rompendo com a ideia clássica de uma verdade estabelecida e que todas as experiências, sejam científicas ou do comum da vida das pessoas, estão direcionadas para essa finalidade de uma objetividade estática. Kuhn favorece uma nova perspectiva do fazer ciência e da própria experiência dos seres humanos, onde valores são estabelecidos a partir de similitude em comparação aos contrastes das teorias científicas, das culturas, das pedagogias, enfim da vida comum.

Assim, não há no pensamento de Kuhn um antirrealismo, ou uma negação da realidade, pelo contrário ele admite a vida como ela é, com os seus dramas e suas dificuldades, não desconsiderando as várias situações de incertezas e imprecisões. Todas essas realidades constituem a forma de pensar filosoficamente. Com isso, acreditamos que a filosofia de Kuhn, diante das várias posições apresentadas, poderá melhor ser compreendida aplicando os termos de uma lógica *fuzzy*.

Referências

DAVIDSON, Donald. On the very idea of a conceptual scheme. *Proceedings and Addresses of the American Philosophical Association*, v. 4, p. 5-20, 1973.

FEYERABEND, Paul. *Contra o método*. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2011.

GENTILE, Nelida. *La tesis de la inconmensurabilidad: a 50 años de La estructura de las revoluciones científicas*. Buenos Aires: Eudeba, 2013.

GHIRALDELLI, Paulo. *Para compreender a Filosofia de Donald Davidson*. São Paulo: 2007. Versão Experimental.

KITCHER, Philip. Theories, Theorists and Theoretical Change. *The Philosophical Review*, v. 87, n. 4, p. 519-547, oct., 1978.

- KITCHER, Philip. Implications of Incommensurability. *Proceedings of the Biennial Meeting of the Philosophy of Science Association*, v. 2, p. 689-70, Symposia and Invited Papers, 1982.
- KUHN, Thomas. *The road since structure: philosophical essays, 1970-1993*, whit and autobiographical. Chicago: The University of Chicago Press, 2000.
- KUHN, Thomas. Posfácio. In: KUHN, Thomas. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 13. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- KUHN, Thomas. Reflexão sobre os meus críticos. In: LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan (Org.). *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: Cultrix, 1979. p. 285-343.
- MORRIS, Michael. *An Introduction to the Philosophy of Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- QUINE, W. O. *Palavra e Objeto*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- QUINE, W. O. Ontological Relativity. *The Journal of Philosophy*, v. 65, n. 7, p. 185-212, Apr. 1968.
- SANKEY, Howard. *The Incommensurability Thesis*. Brookfield, Avebury Series in Philosophy of Science, 1994.
- SANKEY, Howard. Incommensurability and the Language of Science. In: SANKEY, H. *Scientific realism and the rationality of Science*. Burlington: Ashgate, 2008.
- SANKEY, Howard. Kuhn's Changing Concept of Incommensurability. *British Journal Philology Science*, Great Britain, v. 44, p.759-774, 1993.
- SCHIFFLER, Israel. *Science and subjectivity*. Indianapolis: Bobbs Merrill, 1967.
- SHAPER, Dudley. Meaning and Scientific Change. In: SHAPER, Dudley. *Reason and the Search for Knowledge*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1984, p. 58-101.

Recebido em: 08/2023
Aprovado em: 10/2023